



## Jornal FNE Edição 95 – Abril/10

Em matéria de capa nesta edição, Engenheiro traz a cobertura da posse solene da diretoria da FNE para o triênio 2010-2013. A cerimônia, prestigiada por inúmeras autoridades e convidados, aconteceu em 18 de março, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, que ficou repleto de convidados. Durante o evento, todo o destaque para a importância da engenharia no desenvolvimento nacional e o papel da federação em defesa dos profissionais. Em artigo assinado na seção Opinião, o presidente reeleito da entidade, Murilo Pinheiro, enfatiza o foco da nova gestão no crescimento e busca de oportunidades para a categoria.

Na pauta ainda, discussão sobre a falta de mão de obra especializada e como assegurar os profissionais necessários sem que o Brasil tenha que importar trabalhadores qualificados. Em entrevista, o deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP) fala sobre a polêmica alteração do Código Florestal brasileiro, que precisa fazer a delicada aliança entre produção e preservação.

Em C&T, uma boa notícia: novo impulso ao programa aeroespacial brasileiro, que prevê a construção de cinco veículos lançadores de satélites, e ainda um projeto universitário na área. Apesar dos atrasos, traz a perspectiva de avanços tecnológicos para a indústria. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

# OPINIÃO

---

A grande bandeira de luta da FNE é o crescimento econômico do Brasil, de forma sustentável e com inclusão social. E esse será o foco da diretoria recém-empossada. Com esse norte, lançamos o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento e a superação da crise”, minuciosamente desenvolvido por profissionais especializados, que propõem ações pontuais a serem seguidas setorialmente em áreas essenciais à expansão econômica, como energia, transporte, meio ambiente e comunicações.

Instrumento de mobilização dos engenheiros, o “Cresce Brasil” será apresentado e debatido com governantes, parlamentares e, especialmente, com os candidatos à Presidência da República em 2010. Nosso intuito é levar a eles as proposições da categoria para que possamos assegurar no longo prazo a expansão do PIB (Produto Interno Bruto) em patamares de 6% ao ano. Para atingir essa meta, será necessário, em primeiro lugar, um forte comprometimento político com a decisão de dar o salto definitivo rumo ao desenvolvimento; depois, a coragem para tomar medidas indispensáveis. É preciso ampliar ainda mais os investimentos públicos e privados, que devem chegar à marca de 25% do PIB, e seguir reduzindo a taxa básica de juros, ainda elevada de forma inaceitável. Sabemos que essa é uma operação de difícil execução, no entanto, é essencial para combater males extremamente corrosivos, como a pobreza, o desemprego, a informalidade e a falta de oportunidades e perspectivas para a juventude.

O documento também leva em conta questões prementes e estratégicas para o desenvolvimento nacional. Entre elas, o aproveitamento dos recursos da Amazônia, garantindo melhores condições de vida à sua população, mas assegurando ao mesmo tempo a sua preservação. Outro tema fundamental é a exploração das reservas de petróleo na camada do pré-sal, cujo marco regulatório encontra-se em debate e à espera de votação no Congresso Nacional. Para que essa riqueza seja efetivamente revertida ao povo brasileiro, a FNE defende a revogação da Lei 9.478/97, tendo em vista a quase inexistência de riscos nas prospecções.

Nessa batalha, um desafio a ser superado é a iminente falta de profissionais especializados na área de engenharia. Nosso objetivo é incentivar os jovens a ingressarem na carreira e resgatar profissionais que, sem alternativas durante o período de estagnação, partiram para outros setores. Dessa forma, sem a necessidade de importar mão de obra, teremos capacidade técnica e intelectual para suportar demandas referentes aos projetos habitacionais, à própria exploração petrolífera, à Copa de 2014, às Olimpíadas de 2016 e às obras de infraestrutura incluídas ou não no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

No início de um novo mandato, simultaneamente à luta pelo desenvolvimento, a FNE seguirá defendendo a categoria dos engenheiros, especialmente para garantir sua valorização profissional e justa remuneração. Também continuaremos aliados ao conjunto do movimento sindical, sob as bandeiras de interesse de todos os trabalhadores. Nessa agenda, merece destaque a redução constitucional da jornada de 44 para 40 horas semanais.

*Murilo Celso de Campos Pinheiro é presidente da FNE*

# CRESCER BRASIL

---

O número de autorizações concedidas a profissionais estrangeiros com nível superior para atuarem no Brasil mais do que dobrou nos últimos cinco anos. Em 2005, foram 11.242; no ano passado, 24.856. Embora não se refiram especificamente a engenheiros, as estimativas do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) os englobam e dão uma pista do que tem ocorrido: o Brasil está importando essa mão de obra, sobretudo em segmentos especializados. “A vinda de profissionais estrangeiros está relacionada com a implementação de investimentos, já que são pessoas que detêm conhecimentos específicos em uma tecnologia, um processo industrial ou um equipamento”, destaca o coordenador-geral de imigração do MTE, Paulo Sérgio de Almeida.

O balanço mostra que o Estado que mais importou mão de obra em 2009 foi o Rio de Janeiro, com a concessão de 18.956 autorizações, o que reflete o peso da indústria de petróleo. Em seguida, está São Paulo, com 18.285. Somente no período, no total, foram 13.371 permissões temporárias a estrangeiros para trabalho a bordo de embarcação ou plataforma. Segundo a versão atualizada do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – lançado pela FNE, que propugna por um plano nacional de desenvolvimento sustentável com inclusão social –, apenas para atuar diretamente no setor de petróleo, serão necessários até 170 mil profissionais qualificados. Para se ter uma dimensão do problema, dados do Ministério da Educação apontam que ingressam nas faculdades pouco menos de 154 mil engenheiros e saem anualmente 47 mil (aí considerados os agrônomos e os das áreas de pesca, florestal e agrícola).

Assessor especial da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e coordenador do programa “Inova Engenharia”, Marcos Formiga observa que a importação tem se dado em segmentos ligados às TICs (tecnologias da informação e comunicação). Na área de sistemas, um grande fornecedor de mão de obra é a Índia, a qual “especializou-se nessa terceirização”. Já em telecomunicações, pessoal vem sobretudo da Europa. Na indústria de transformação, como afirma, ainda não tem se notado esse fenômeno, porém, “se o País crescer 5% a 6%, algumas projeções apontam a necessidade de duplicar o número de engenheiros”. Entre elas, a feita pela FNE.

Para Alfredo Petrilli Junior, assessor da diretoria do Sinicesp (Sindicato da Indústria da Construção Pesada de São Paulo), o problema principal é que recursos humanos muito especializados “sumiram da praça”. Ele vai além: “Não tem mais engenheiros com 20 anos de formação.” A perda de expertise como consequência de mais de duas décadas de estagnação é que tem levado as empresas a importarem recursos humanos para, como exemplifica, atuar no desenvolvimento de linhas de transmissão de alta tecnologia. “Vão buscar nos Estados Unidos, na Europa.”

## Alternativas e salários

Algumas indústrias, como a da construção civil, vêm trilhando outro caminho. “Treinamento tem sido feito no próprio canteiro de obras”, ratifica Haruo Ishikawa, vice-presidente de capital e trabalho do Sinduscon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil de São Paulo). Conforme ele, no segmento, em que a contratação de engenheiros representa 3% do total, não tem havido necessidade de importar mão de obra. Até porque aí se concentra hoje a formação, como indica Fabio Aidar, diretor de educação corporativa da Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base). Em São Paulo, informa ele, dados de 2005 do Crea (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) mostram que de cerca de 160 mil engenheiros ativos, mais de 53 mil encontram-se em civil.

De acordo com Paulo Safady Simão, presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), outra saída tem sido a transferência de profissionais de uma região para outra. Fundamentando-se em dados do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), tendo como ano-base 2007, Aidar aponta que o Sudeste reúne 70% dos engenheiros do País e o Norte, menos de 5%. Nessa última região, em função de projetos de infraestrutura, também se nota a importação localizada de mão de obra, diz Safady.

Na sua ótica, impacto ainda do aquecimento da economia no Brasil é a melhora salarial. Ele estima que na construção civil a elevação seja da ordem de 20%. Na indústria em geral, os salários básicos duplicaram, enfatiza Formiga. Com a valorização, a expectativa é que engenheiros que largaram a obra para, como brinca Divonzir Gusso, técnico de planejamento de pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), “pilotar escrivania” nos tempos de vacas magras agora retornem ao seu campo de atuação. Estudo desse órgão dá conta de que estoque dessa mão de obra existe. “Há 750 mil engenheiros disponíveis no Brasil. O problema é que, de cada sete, apenas dois estão trabalhando na área.”

Resgatar esses recursos humanos não é tarefa simples. Mas é uma direção, na ótica de especialistas. Nesse sentido, o presidente da FNE, Murilo Pinheiro, propugna por um esforço coordenado entre governos, empresas e entidades de classe para propiciar a qualificação necessária à recolocação dessa mão de obra, de acordo com as demandas hoje existentes no País. “É preciso aproveitar os nossos profissionais e evitar a importação”, ressalta. Para tanto, defende, também é essencial que a tendência de melhores salários apontada pelas empresas seja consolidada e generalizada.

Outra alternativa é repatriar profissionais que rumaram para outras praças em busca de trabalho. Não obstante, no balanço, como pondera Gusso, a fuga de cérebros não supere o número de estrangeiros que vêm atuar em território nacional. A despeito dessas alternativas, o Ipea faz uma projeção em seu estudo: “Para que se chegasse a 2022 com taxas de crescimento do PIB ( Produto Interno Bruto ) consistentemente em patamares de 7% ao ano, seria necessário um ritmo mais intenso de formação de engenheiros...” Conforme a análise do instituto, qualquer aceleração na economia poderá gerar déficit de oferta caso se mantenha a situação atual, em que há muitos graduados que não exercem a profissão. Além de rever isso, conter a altíssima evasão escolar – que se situa entre 60% e 70% somente nos dois primeiros anos de curso ( leia mais em Engenheiro 92 ) – seria ainda imprescindível.

# NOVA DIREÇÃO

---

Com a participação de inúmeras autoridades, representantes dos profissionais da área tecnológica e diversos convidados que lotaram o Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, aconteceu em 18 de março a posse da diretoria da FNE para o mandato 2010-2013. À frente da equipe (veja abaixo) está Murilo Celso de Campos Pinheiro, reeleito para o cargo durante o VII Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), realizado em setembro de 2009.

Durante a solenidade, foi enfatizada a importância da FNE na defesa da categoria em todo o País e, principalmente, o papel da engenharia para o desenvolvimento e os avanços observados em todas as áreas. “O presidente Lula tem dito que Deus é brasileiro, tendo em vista as reservas de petróleo encontradas na camada do pré-

-sal. Obviamente, os engenheiros ajudaram Deus nessa tarefa”, disse o senador Eduardo Suplicy (PT/SP), lembrando a relação direta entre um maior número de profissionais e uma taxa de crescimento econômico mais elevada. “Todos precisamos pensar como construir uma sociedade mais justa e civilizada. Para isso, contamos com as sugestões dos engenheiros.” Mereceu destaque na fala do senador Neuto de Conto (PMDB/SC) a agronomia. “Falar em engenharia é falar em tudo o que se constrói neste País, que tem na agricultura a oportunidade de alimentar 190 milhões de brasileiros, é responsável por 1/3 do PIB ( Produto Interno Bruto ), 34% das exportações e 37% dos empregos. Se incluirmos as terras ociosas, sem desmatar, podemos ainda quadruplicar a nossa produção. É preciso que a Nação tenha consciência do valor dessa classe extraordinária”, conclui. Na mesma linha, mais um senador, Romeu Tuma (PTB/SP), ressaltou a “importância vital da engenharia para o País”. “Precisamos de projetos que ajudem a superar nossas dificuldades”, afirmou.

Para o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB/SP), a posse da nova diretoria “reveste-se da importância de um acontecimento nacional”. “A engenharia é a expressão mais elevada do esforço secular dos brasileiros pelo seu desenvolvimento. Hoje, quando se retoma a consciência nacional da necessidade de investir no crescimento, depositamos nossas esperanças nesse conhecimento”, enfatizou. O parlamentar aproveitou a oportunidade para criticar os opositores dos projetos essenciais à expansão econômica, que utilizam a preservação como argumento: “Além do meio ambiente, é preciso que se proteja a aspiração legítima do nosso povo ao seu bem-estar material e espiritual.”

O deputado federal Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) reforçou o papel dos profissionais, nos seus diversos ramos de atuação, na melhoria das condições de vida da população observada nos últimos anos. “Na década de 80, éramos uma das sociedades mais desiguais do planeta. Em todos os setores deste Brasil que mudou radicalmente, encontramos a presença marcante dos engenheiros, nossa infraestrutura cresceu imensamente. E esse profissional, unido em suas organizações, tem o papel de potencializar e dar rumo ao trabalho que permeia toda a economia, é o que faz essa federação.” Thame encerrou seu discurso propondo um pacto nacional marcado pelo apego à democracia, mas também “por uma paixão infatigável para proteger os excluídos, eliminar a pobreza e a desigualdade”. E concluiu:

“Temos que ter a competência dos engenheiros para edificar este País, mas não podemos perder o fogo dos nossos afetos e a vitalidade da ternura de todos os brasileiros.” Encerrando a participação dos parlamentares na cerimônia, o deputado federal Pedro Fernandes (PTB/MA) tocou num ponto fundamental para a categoria homenageada. “O desenvolvimento passa pela engenharia e a valorização dos seus profissionais deve passar pela melhoria dos seus salários”, pontuou.

Compuseram ainda a mesa da solenidade os deputados federais Nelson Marquezelli (PTB/SP) e Arnaldo Madeira (PSDB/SP), o secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Leodegar Tiscoski, os presidentes do Senge-DF, Ronildo Divino de Menezes, e do Crea-DF (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Distrito Federal), Francisco Machado, ambos representando as entidades de todo o Brasil, o diretor-

-presidente da Mútua, José Wellington Costa, o reitor do Unilins (Centro Universitário de Lins), Milton Léo, e o presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, José Calixto Ramos.

Também prestigiaram o evento diretores da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) e representantes das federações ligadas a ela e da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil).

Ao final da cerimônia, o presidente reeleito da FNE, Murilo Pinheiro, lembrou o desafio de assumir um novo mandato, tendo o compromisso de alcançar mais conquistas e manter a luta pelo desenvolvimento sustentável com distribuição de renda, bandeira que marcou a atuação da entidade de forma inequívoca desde 2006. “Hoje, estamos apresentando nosso segundo manifesto, elaborado em 2009 e intitulado ‘Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento e a superação da crise’. Temos responsabilidade de ajudar a levar o Brasil à posição de quinta economia do mundo”, afirmou. O dirigente salientou também a importância de, em um ano eleitoral, fazer com que as discussões políticas pautem-se pelo debate de alternativas ao País. “Convido todos a colaborarem com a nossa missão de construir um Brasil mais justo”, concluiu.

Gestão 2010-2013

Presidente

Murilo Celso de Campos Pinheiro

Vice-presidente

Maria de Fátima Ribeiro Có

Diretor financeiro

Carlos Bastos Abraham

Diretor financeiro adjunto

Luiz Benedito de Lima Neto

Diretor administrativo

Antônio Florentino de Souza Filho

Diretor administrativo adjunto

Manuel José Menezes Vieira

Diretor de Relações Internas

Augusto César de Freitas Barros

Diretora de Relações Institucionais

Maria Odinéa de Melo Ribeiro

Diretor operacional

Flávio José A. de Oliveira Brízida

Diretores regionais

Norte – Sebastião A. Fonseca Dias

Nordeste – José Ailton F. Pacheco

Centro-Oeste – Cláudio Henrique Bezerra Azevedo

Sudeste – Clarice M. de Aquino Soraggi

Sul – José Luiz Bortoli Azambuja

Conselheiros fiscais

Efetivos

Thereza Neumann Santos de Freitas

José Carlos Rauen

Arthur Chinzarian

Suplentes

João Alberto Rodrigues Aragão

Lincoln Silva Américo

Representantes na CNTU

José Luiz Lins dos Santos (titular)

Wissler Botelho Barroso (suplente)

## “Cresce Brasil” e Brasil 2022 em debate

Antecedendo a posse da diretoria da FNE, no dia 17 de março, aconteceu em Brasília uma reunião com o engenheiro Luiz Alfredo Salomão, secretário executivo da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos. Na pauta, o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento e a superação da crise”, da federação, e o plano “Brasil 2022”, em fase de elaboração pelo Governo, que deve ficar pronto em julho próximo.

De acordo com Salomão, as metas previstas para o bicentenário da Independência visam “reduzir as disparidades e eliminar as vulnerabilidades”. Entre essas, “os 15 milhões de analfabetos hoje existentes, sem contar os funcionais, e os altos índices de pobreza”. Como método, afirmou ele, o plano deve ser democrático e federativo, portanto, ouvindo estados e municípios. Além disso, precisa ser periodicamente revisto, já que a realidade é dinâmica. Nessa empreitada, destacou o secretário, os engenheiros “são aliados essenciais e estratégicos”.

Além da ambição de combater as desigualdades sociais, o Brasil 2022 tem convergências essenciais com o “Cresce Brasil”. Entre elas, a meta de expansão anual de 6% do PIB (Produto Interno Bruto) e uma política econômica que privilegie a produção e não o rentismo.

O rompimento com essa lógica alimentada pelos juros altos está entre os grandes desafios do País, que tem hoje a oportunidade de dar um salto. Essa é a avaliação de Sérgio Mendonça, autor da nota técnica sobre a crise. “Temos hoje uma estrutura que nos dá lastro para sermos otimistas em relação ao futuro. Tudo indica que vamos passar dos 6%, ainda que o Banco Central não queira. O crescimento de 2010 já está contratado.” Ele advertiu, contudo, para o risco de o déficit em transações correntes, que neste ano deve ficar em 3%, ampliar-se no próximo. “O problema seria voltar a financiar o crescimento com poupança externa.”

Além de Mendonça, abordaram aspectos essenciais do “Cresce Brasil” os consultores Paulo Cruvinel, que falou sobre a importância do agronegócio e os desafios para torná-lo sustentável; Raphael Padula, sobre transportes e logística, que exigem investimentos e mudança em sua matriz para permitir o desenvolvimento almejado; Marcos Dantas, que apontou a necessidade de uma política para o setor de comunicações que estimule a engenharia e a indústria brasileiras; Marco Aurélio Cabral Pinto, que salientou ser o momento atual propício a um projeto nacional desenvolvimentista e o papel das pequenas e médias empresas no fortalecimento do capital brasileiro.

Também participaram da reunião os presidentes dos sindicatos filiados à FNE, a diretoria da entidade e os coordenadores do “Cresce Brasil”, Carlos Monte e Fernando Palmezan Neto. O objetivo, conforme definiu o consultor sindical João Guilherme Vargas Netto, era realizar um encontro de qualificação. “Estão aqui as cabeças que ajudaram a construir a proposta e os dirigentes que a mantêm viva”, descreveu.



# SINDICAL

---

## MS

### Empossada nova diretoria do sindicato

Aconteceu no dia 25 de março último a solenidade de posse da nova diretoria para o triênio 2010-2013, que contou com a presença de autoridades como o secretário de Estado de Habitação, Carlos Eduardo Xavier Marun, e o deputado estadual Pedro Teruel (PT/MS), bem como de diretores de entidades, entre os quais os presidentes Murilo Celso de Campos Pinheiro (da FNE), Jary de Carvalho e Castro (do Crea-MS) e Amarildo Miranda (do Sindicato da Indústria da Construção Civil nesse Estado). O Senge estará sob o comando de Edson Kiyoshi Shimabukuro e dos diretores José Divino de Souza e Celso Marlei dos Santos (1º e 2º vice-presidentes); Mário Sérgio Cardoso e Edir Soares da Cunha (1º e 2º secretários); Rui Onori de Rezende e Orestes Jorge Correa (1º e 2º tesoureiros); Valter Almeida da Silva, Celso Higa, Edson Alves Delgado, Sérgio Henrique Cance, Elizeu José Scariot, Regina Keiko Hiane Oshiro e Ataulpa Brum Gomes (suplentes); Jean Saliba, Amarildo Miranda Melo e Jary Carvalho e Castro (conselheiros fiscais); Atanagildo F. de Oliveira, Thiago Pereira Vieira e Hamilton Rondon Flandoli (suplentes); Auro Simões Pólvora e Domingos Sahib Neto (1º e 2º representantes do Senge na FNE); José Divino de Souza e Jorge Luiz da Rosa Vargas (suplentes); e Arthur Chinzarian (representante na ONG Engenheiros Solidários).

## MA

### Desafios da mulher na contemporaneidade

Esse foi o tema do encontro realizado pelo Senge no dia 29 de março último, no auditório do Jornal Imparcial, para comemorar o Dia Internacional da Mulher – 8 de março. A programação incluiu as palestras “Participação da mulher na construção das cidades”, por Bárbara Prado, professora da Uema (Universidade Estadual do Maranhão); e “Marketing pessoal para mulheres”, por Adriana Carvalho, docente na mesma instituição, da Fundação Getúlio Vargas e da Gold Icep. Para a presidente do sindicato, Maria Odinéa de Melo Ribeiro, esse encontro reforça a busca de maior participação feminina nas entidades de classe e também nas discussões da sociedade. No encerramento, ficou decidido que será elaborada a Carta das Mulheres.

## RS

### Os estados e os royalties do petróleo

A Câmara dos Deputados aprovou, em votação no dia 10 de março último, a divisão uniforme dos royalties do petróleo com estados e municípios não produtores. Isso vai ao encontro do que vem sendo discutido e deliberado no Comitê Pré-sal da Assembleia Legislativa do Rio

Grande do Sul, no qual o Senge-RS atua desde 2009. Para o vice-presidente do sindicato, Valery Pugatch, a aprovação da emenda representará avanço significativo. “Sempre defendemos o conceito de que as riquezas nacionais sejam distribuídas de forma proporcional à população, ao Produto Interno Bruto dos estados ou semelhante àquela empregada no rateio dos recursos públicos federais.” Segundo ele, a chamada Emenda Ibsen volta-se para esse aspecto, pois tenta modificar o conceito adotado de que os estados que atualmente produzem, processam ou mesmo distribuem o petróleo e seus derivados devam ficar com a maior parte do rateio dos royalties. Pugatch ressalta também a importância de se estabelecer um marco regulatório que garanta à União participação maior nessa riqueza, independentemente do regime de concessão.

AL

Visita técnica ao canal do sertão

Diretores do Senge participaram de uma visita técnica ao Canal do Sertão Alagoano, promovida pelo Crea-AL (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Alagoas), no dia 5 de março último. Conheceram a obra na ocasião cerca de 60 pessoas, inclusive estudantes de engenharia que fazem parte do Crea-AL/Júnior. Foi possível verificar os detalhes da infraestrutura, do funcionamento e o andamento da construção do canal, que deve beneficiar cerca de 900 mil habitantes. Essa obra é uma das prioridades do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) na região e deve receber até o final de 2010 cerca de R\$ 500 milhões. Trata-se de um projeto lançado pelo Governo alagoano em 1992, em parceria com a União, através do Ministério da Integração Nacional, que visa promover o desenvolvimento socioeconômico do sertão e do agreste do Estado, abrangendo seis microrregiões, num total de 42 municípios, de Arapiraca a Delmiro Gouveia.

PA

Comissão reúne-se com governadora

“Visando garantir a viabilidade técnica da proposta de inclusão de regras que assegurem 25% de energia para o desenvolvimento do Pará e outras questões decorrentes, e ainda que o edital de licitação inclua a obrigatoriedade de a transmissão ser feita através de corrente alternada”, no dia 10 de março último, o Grupo de Assessoramento em Políticas Energéticas do Conselho Seccional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) – Seção Pará reuniu-se com a governadora Ana Júlia Carepa. O intuito foi sensibilizá-la a conseguir melhores condições para o Estado em função da construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu. Criado através da Portaria nº 12, de 9 de março, o grupo conta, entre seus integrantes, com o vice-presidente do Senge, Manuel José Menezes Vieira, também dirigente da FNE. Participaram ainda do encontro o vice-presidente da OAB, Evaldo Pinto, e seu conselheiro seccional, Cleans Bomfim; José Carlos Lima, presidente da Comissão do Meio Ambiente; e o representante da Secretaria de Estado de Integração, Denivaldo Pinheiro.

PI

Expectativa por melhores salários

A direção do Senge-PI tem buscado junto aos gestores estaduais e municipais que seja resgatada dívida que essas instâncias têm com a categoria. Assim, já oficiou à Prefeitura de Teresina e ao Governo do Piauí minuta de projeto que estabelece o piso profissional aos engenheiros, conforme prevê a Lei 4.950-A, alertando que as inaugurações das obras previstas para o início de abril “não serão completas se os profissionais que as projetaram, construíram e fiscalizaram continuarem a receber salários injustos”. Segundo o presidente do sindicato, Antônio Florentino de Souza Filho, durante a abertura da VI Conferência das Cidades, realizada no dia 11 de março último, no Rio Poti Hotel, o governador do Estado, Wellington Dias, garantiu que daria solução para o salário da categoria. Agora, informa ele, falta o sinal do prefeito Sílvio Mendes de Oliveira Filho.

## ENTREVISTA

---

O Brasil não pode renunciar à proteção ao meio ambiente, mas também precisa viabilizar as atividades agropecuária e industrial e as obras de infraestrutura necessárias ao País se desenvolver. Com esse argumento, o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB/SP) defende o que chama de uma solução de equilíbrio na reforma do Código Florestal, em pauta no Congresso Nacional. Relator da matéria na Comissão Especial da Câmara dos Deputados criada para discutir o Projeto de Lei nº 1.876/99 e apensados, que tratam do tema, ele busca o caminho para a delicada combinação em seu parecer, que promete apresentar em abril. Nesta entrevista ao Engenheiro, Rebelo discorre sobre o assunto e aponta algumas alternativas para tanto.

É necessário de fato reformar o Código Florestal?

O Código Florestal é uma lei de 1965, a partir de outra mais antiga, de 1934. É muito avançada, com elevadas preocupações com o meio ambiente. O problema é que sofreu profundas modificações, parte delas por medida provisória, sem debate com a sociedade, impondo consequências sociais perversas, ao exigir que o pequeno e o médio proprietário, que são maioria (90% do total), retirem da sua área 20% para reserva legal em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina ou 80% na Amazônia e mais a APP (Área de Proteção Permanente), que é a que garante a preservação de rios, nascentes, encostas, morros. As pessoas não teriam como sobreviver sem essa parcela hoje ocupada na agricultura. Por ser impraticável, foi adiada a entrada em vigor da legislação por duas vezes, por decreto do Presidente da República, agora para julho de 2011.

Não caberia ter uma regra para a pequena propriedade e outra para o latifúndio?

Essa é uma alternativa, isentar dessa obrigação de reserva legal, não de APP, a pequena e a média propriedade.

É correto dizer que, se fosse aplicada essa lei, grande parte do que está plantado se encontraria em área ilegal, como afirma a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil)? Oitenta por cento das propriedades estariam na ilegalidade. Teria que regularizar isso?

Teria que averbar, disponibilizando 20% da área no bioma da Mata Atlântica, 35% no Cerrado e 80% na região da Amazônia para reserva legal, fora APP.

Existe um conflito de fato, entre ambientalistas e produtores. Como conciliar isso?

Creio que é preciso valorizar as duas necessidades, mostrar que é necessário uma legislação protetora do meio ambiente, e esse é um compromisso civilizatório do Brasil, mas também viabilizar a atividade agrícola, a pecuária, a infraestrutura. Temos que combinar as duas coisas, senão se perdem emprego, renda, oportunidades. Pode-se promover o desenvolvimento sustentável, o que não se deve é condenar a Amazônia, que é 60% do território brasileiro, a ter apenas 8% do nosso PIB ( Produto Interno Bruto ) e sua população a não ter progresso, a não usar a terra para produzir. Não tem sentido um estado como Roraima importar etanol de São Paulo, farinha de mandioca do Paraná, leite, ovos, carne. Durante as mais de 30 audiências públicas, vi em Querência, no Mato Grosso, 1.900 famílias assentadas do Incra ( Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ) que não têm acesso a crédito por não poderem legalizar a sua atividade. Vi em Rondônia um grande número de pequenos proprietários colocando seus lotes à venda, trocando por um carro usado, um barraco na periferia das cidades, por não se adequar à legislação ambiental. Vi projetos de desenvolvimento econômico e de reflorestamento paralisados. É uma coisa socialmente perversa. Então acredito que com equilíbrio você consegue aprovar uma legislação que as pessoas compreendam como necessária. Não se pode ter duas, uma para preservar o meio ambiente e outra para proteger a produção, tem que ter uma só, esse é o nosso objetivo.

Tem uma ala que diz que poderia incorporar a reserva legal na APP, como o senhor vê isso?

Não tenho a solução técnica pronta ainda, mas acho que isso é essencial. Outra alternativa é adotar o princípio da compensação, em que se considera que há uma área já consolidada pelo uso da agricultura mesmo na grande propriedade, mas se obriga a ter os 20% de reserva legal adquirindo-se outra área para tanto, desde que no mesmo estado e bioma. O Brasil não pode renunciar à proteção do meio ambiente, como fizeram os países europeus e os EUA, mas ao mesmo tempo precisa baratear o custo dos alimentos (que já caiu 70% nos últimos 30 anos), manter-se como exportador importante no mundo. Ocupamos uma posição muito modesta no globo. A China, com muito menos terras disponíveis para a agricultura, produz 450 milhões de

toneladas de grãos; nós, 150. Precisamos ampliar isso e levar em conta que o meio ambiente é usado pelos países ricos na guerra comercial contra a agricultura brasileira, como forma de conter sua expansão e impedir sua competitividade. Travamos essa batalha diariamente na OMC ( Organização Mundial do Comércio ). Ganhamos recentemente o direito de retaliar os EUA, que subsidiaram o poder público e os seus produtores de algodão em US\$ 850 milhões.

Existe quem defenda uma legislação por bioma, com um inventário por bacia hidrográfica. O que acha da ideia?

É um princípio muito bom, com a legislação federal estabelecendo a norma geral e deixando uma parte da execução para os estados e municípios.

Será possível votar o tema espinhoso, apesar de ser este um ano eleitoral?

Ano eleitoral não atrapalha em nada, eu votei a lei geral da micro e pequena empresa em setembro de 2006, na véspera do pleito. Se a proposta tiver apoio do governo e da oposição, isso não tem influência nenhuma. E esse não é um tema só espinhoso, é um problema que precisa ser resolvido.

## C&T

---

Prevendo o desenvolvimento de uma família de cinco novos veículos lançadores de satélites, em breve o programa Cruzeiro do Sul será retomado. Até maio próximo, o IAE (Instituto de Aeronáutica e Espaço), órgão do DCTA (Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial) que coordena o programa, receberá do Centro Estatal de Foguetes Acadêmico V.P. Makeyev, da Rússia, os relatórios técnicos do anteprojeto do seu primeiro foguete, o VLS Alfa. O documento inclui a análise da configuração do novo veículo, simulação de desempenho e proposta de propulsor.

Conforme explica Paulo Moraes Junior, coordenador do programa no IAE, no fim do ano passado, o Brasil enviou à Rússia o certificado de usuário final dos relatórios e agora espera a emissão da licença de exportação dos documentos, classificados como item sensível. Também em 2009, foi necessária a assinatura de um acordo de salvaguarda tecnológica entre os governos brasileiro e russo para ratificar a elaboração do anteprojeto do VLS Alfa. “A meta inicial era desenvolver os cinco veículos até 2022, mas devido às circunstâncias enfrentadas nos últimos anos, como a recomposição do quadro de colaboradores do IAE, prioridade na execução do projeto VLS-1 (Veículo Lançador de Satélites), que tem lançamento previsto para 2012, legislação federal inadequada e a demora inevitável na celebração de acordos de

salvaguardas tecnológicas com países que abrigam empresas parceiras, o programa não pôde ser conduzido conforme planejado. Hoje, apresentamos um atraso de aproximadamente três anos. No entanto, é possível recuperar o tempo perdido, se tivermos as condições necessárias”, diz Moraes.

Além do Alfa, serão construídos os veículos Beta, Gama, Delta e Epsilon. O programa Cruzeiro do Sul visa atender as demandas brasileiras na área de transporte espacial e dotar o País de soberania no lançamento de satélites, a todo e qualquer tipo de órbita.

Outra meta importante é a criação de uma indústria espacial brasileira. “Isso vai gerar não só riquezas e benefícios à sociedade, como também conferir ao País uma posição adequada no domínio desse tipo de tecnologia”, afirma o coordenador.

Segundo ele, o VLS Alfa introduzirá o uso da propulsão líquida, que o Brasil está se preparando para dominar. “O IAE tem um laboratório que é referência na América do Sul e o DCTA tem formado cerca de 20 especialistas por ano no segmento, em parceria com a instituição russa Moscow Aviation Institute”, informa.

Para Moraes, o programa representa ainda a oportunidade de utilizar recursos disponíveis no País, como a consolidada capacidade em engenharia, incluindo o desenvolvimento de tecnologias, serviços e especialistas nos últimos 45 anos. Financiado pela AEB (Agência Espacial Brasileira), contará com investimentos de aproximadamente US\$ 750 milhões (valores de 2005).

#### Capacitação em engenharia

O projeto do primeiro satélite universitário brasileiro também está em ritmo acelerado. Com lançamento previsto para o início de 2013, o Itasat, como é denominado, visa a formação de especialistas na área de engenharia aeroespacial e o desenvolvimento de novas tecnologias para o setor.

Coordenado pela AEB e desenvolvido por pesquisadores e alunos do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) e de várias universidades brasileiras, o Itasat teve início em 2003 e está inserido no PPA (Plano Plurianual de Desenvolvimento e Lançamento de Satélites Tecnológicos de Pequeno Porte), destinado a promover a capacitação nacional para atender a demanda pelas futuras gerações de micro e nanosatélites. “A ação consiste na realização de uma série de missões destinadas a treinar e especializar estudantes de graduação e pós-graduação, desenvolver e testar inovações tecnológicas de satélites e cargas úteis, capacitar a indústria espacial brasileira nesse segmento e viabilizar o acesso rápido e barato ao espaço”, explica Thyrso Villela Neto, diretor de satélites, aplicações e desenvolvimento da AEB.

Até 2008, o projeto estudou vários aspectos ligados ao desenvolvimento de satélites de pequeno porte, com ênfase na formação de recursos humanos. Além disso, analisou e viabilizou as possíveis formas de interação entre universidades, institutos de pesquisa, indústria e Governo.

A partir de 2009, sem perder o foco na especialização de estudantes, o trabalho se concentrou na realização do satélite Itasat-1, que tem como missão a coleta de dados. “Hoje o Inpe possui os satélites operacionais SCD-1, SCD-2 e o CBERS-2B, que fazem a coleta de dados de mais de 700 plataformas espalhadas por todo o território nacional. Elas são utilizadas em diversas aplicações, meteorologia, hidrologia, oceanografia, qualidade da água, química da atmosfera, entre outras. Apesar do Itasat não ser um satélite operacional, poderá fazer parte com os demais do Sistema Brasileiro de Coleta de Dados Ambientais”, informa David Fernandes, coordenador técnico do projeto pelo ITA.

Para ele, a iniciativa representa ainda um grande esforço para que a proposta de acesso rápido e barato ao espaço se torne realidade. “A experiência técnica adquirida no projeto e a gestão do Itasat poderão ser transmitidas e ajudar iniciativas correlatas em outras instituições de ensino para que os futuros satélites universitários possam ser projetados com maior agilidade, menor custo e seguro. Além disso, ações como essa estimulam a atuação de estudantes na área espacial, dando a eles uma experiência real em seus tópicos de especialidade, seja na engenharia de sistemas, na metodologia ou no gerenciamento de projetos complexos”, conclui Fernandes.